CÓNEGOS REGRANTES DE SANTO AGOSTINHO (CRSA)

Nota histórica: A Ordem surge na sequência do Sínodo de Latrão (1059), inserindo-se no movimento de regulamentação de comunidades monásticas independentes que observavam a Regra de Santo Agostinho. Em Portugal, a Ordem entrou em 1131, data da fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, participando tal como a Ordem de S. Bento e a de Cister, na consolidação do reino de Portugal. A sua missão principal era a formação do clero, daí terem apostado sempre na vertente pedagógica. Conheceu bastante notoriedade durante os séculos XII e XIII, fundando muitos institutos no território português, alguns de raiz, outros já existentes mas que aderiam à Ordem.

Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho colaboraram activamente no período da primeira dinastia e, tal como outras ordens antigas, nomeadamente as de S. Bento e Cister, tiveram de se adaptar ao poder régio da época moderna e à concorrência de outras ordens religiosas, primeiro as mendicantes e depois as congregações pós-tridentinas. Internamente, a necessidade de reformas foi-se intensificando e teve reflexos em Santa Cruz, quer no século XV quer no início do XVI, procurando a comunidade reforçar o seu antigo prestígio, desta feita no domínio pedagógico em ligação com a Universidade. A Ordem, aliás, estava vocacionada desde o seu início, para os estudos da Sagrada Escritura e para o ensino.

A tendência autonómica de Santa Cruz levará à instituição pelo papa Paulo IV, em 1556, da Congregação dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz. A partir desse momento, as disputas com o mosteiro de S. Vicente de Fora e a alternância hegemónica entre um e outro serão constantes, com predomínio de S. Vicente durante a dinastia filipina. Naturalmente que este clima afectou a Ordem e originou um progressivo declínio tanto maior quanto as ordens e congregações mais modernas iam ganhando prestígio e até desviando mosteiros dos Cónegos Regrantes para a sua afiliação. Em 1770 é levada a cabo uma reforma da Ordem tendente a acabar com os abusos e a reduzir o número de casas, sempre que as comunidades fossem diminutas. Nos finais do século XVIII, a Ordem tinha apenas os mosteiros de Mafra, Serra do Pilar, Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora. Também se verificou, pela mesma altura, a extinção do ramo feminino. A Ordem masculina foi extinta em 1834.

Instituições em Lisboa:

Masculinas: Mosteiro de São Vicente de Fora (1147-1834).

Femininas: Mosteiro de Santa Maria de Chelas (1192-1878).

Bibliografia de referência:

- GOMES, Saúl António – Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, p. 429-434.
- MARTINS, Armando Alberto – Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. In: FRANCO, José Eduardo, dir. – *Dicionário histórico das Ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal.* Lisboa: Gradiva, 2010, p. 276-281.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir. – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 173-177.

MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA (LISBOA)
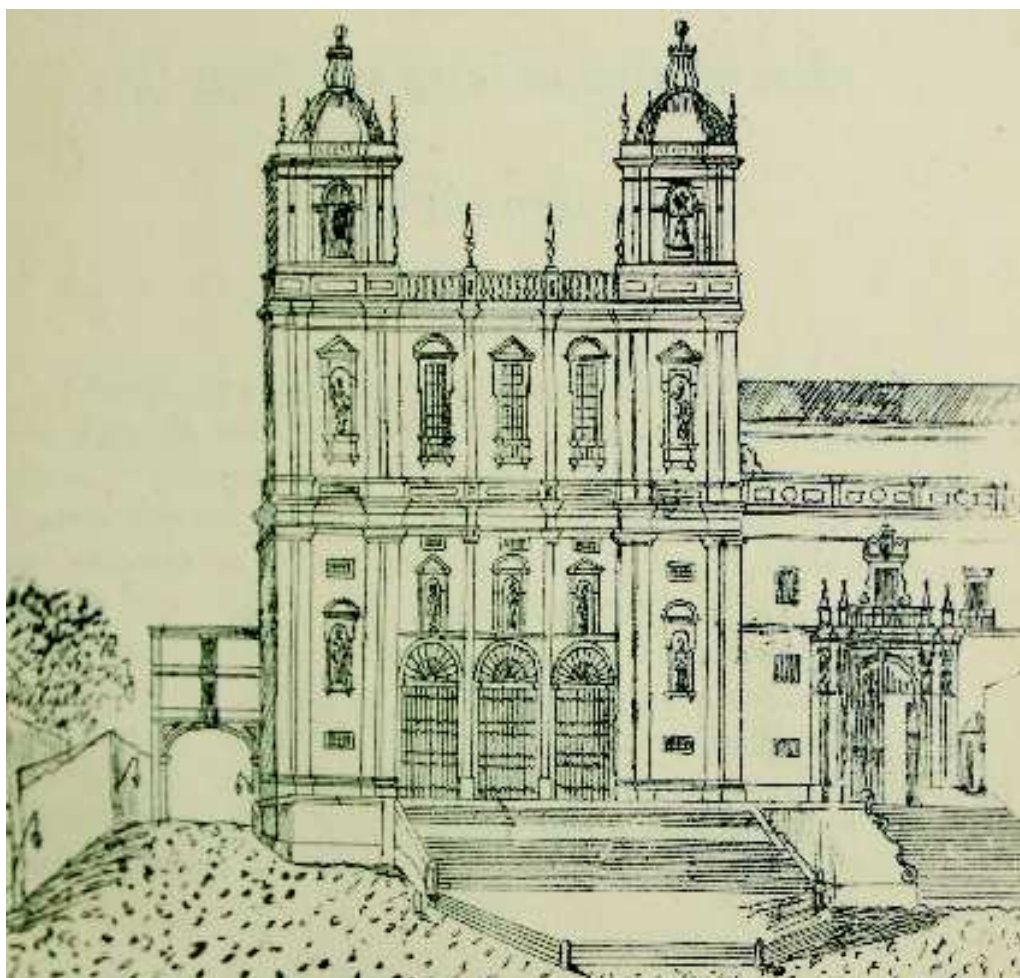
Figura 5 – *Monumentos sacros de Lisboa…*, 1927, Parte 1.ª, n.º 27

Localização: No Largo de S. Vicente, freguesia do mesmo nome. A Igreja está afecta ao culto, nela se realizando também manifestações culturais e a estrutura monástica foi adaptada aos serviços do Patriarcado de Lisboa.

História: Fundado por D. Afonso Henriques em 1147, como ermida dedicada a Nossa Senhora e a S. Vicente, breve passou a estrutura monástica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, entre 1161 e 1164. O mosteiro dependia directamente da Santa Sé e gozava de apreciável autonomia e de muitos privilégios. Tinha grande protecção régia sendo designado por Real Mosteiro ou Real Casa de S. Vicente. Desde 1173, quando recebeu as relíquias de S. Vicente que este mosteiro se tornou local importante de peregrinação. Foi objecto de várias reformas, nos séculos XVI, XVII e XVIII sempre com o objectivo de uma melhor adaptação à evolução social e ao surgimento de outras ordens religiosas concorrenciais. De um modo geral, as reformas procuravam obstar à crescente dissolução de costumes e relaxamento da vida dos regrantes de Santo Agostinho.

D. João III mandara fazer obras de restauro no edifício, porém, foi totalmente reedificado no tempo de Filipe I que assistiu à colocação da primeira pedra pelo cardeal Alberto, em 1582. Igreja e mosteiro foram inaugurados em 1629 sem que as obras estivessem terminadas. O mosteiro continuou a gozar da protecção régia e alcançou com a 4ª dinastia, o estatuto de Panteão Real. A reforma de 1556 tinha-o unido à então criada Congregação de Santa Cruz de Coimbra tendo sempre existido rivalidade entre os dois mosteiros. No âmbito das reformas pombalinas, o mosteiro foi extinto em 1772, transferindo-se para aí a Sé Patriarcal, e a comunidade transitou para o convento de Mafra a fim de substituir os frades arrábidos a quem originariamente se tinha atribuído o convento. O terramoto afectara o mosteiro e a igreja mas as obras de recuperação começaram pouco depois. O regresso da comunidade a Lisboa, com o colégio que tinha sido fundado em Mafra, faz-se já no reinado de D. Maria I, em 1792. De grandes proporções, o espaço conventual e a vasta cerca, passam a sede do Patriarca de Lisboa em Janeiro de 1834, antes da extinção oficial. Depois de 1910 foi sede do liceu Gil Vicente e nele funcionaram vários serviços públicos até passar novamente para a posse do Patriarcado.

Biblioteca: O mosteiro possuía importante biblioteca, desde os seus primórdios, e um *scriptorium* na Idade Média. O acervo sofreu os danos próprios da longevidade e dos

desastres naturais e de guerra, como foi o caso do terramoto de 1755 e da invasão de Junot (1808). De notar que o mosteiro de S. Vicente teve tipografia própria, que veio transferida de Santa Cruz e que ainda funcionava no século XVIII. Eventualmente, por acção do varatojano frei Gaspar da Encarnação (1685-1752) que foi, desde 1742, nomeado visitador e reformador dos principais mosteiros regrantes, inclusive S. Vicente de Fora, ter-se-á ordenado a distribuição de livros por outras ordens e a queima de livros antigos e papéis considerados inúteis[7]. Em contrapartida, com o encerramento de algumas casas ainda no século XVIII, o mosteiro terá recebido os respectivos espólios bibliográficos. Na BNP existem três catálogos manuscritos da biblioteca[8]:

- *Catalogo dos livros da Livraria do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora dividido em sette classes.* [data provável 1769-1770]. (Cód. 7405).

- *Catalogo da Livraria de S. Vicente de Fora.* [1824]. (Cód. 7400)[9].

- *Catalogo da Livraria do ex convento de S. Vicente de Fora*. Lisboa 2 de Julho de 1824. (Cód. 7402)[10].

Nas *Relações de conventos extintos e de livros e quadros recebidos,* de [1834]-1841[11] indica-se um total de 8.420 volumes pertencentes à biblioteca. Os livros desta proveniência têm como marca de posse um carimbo com os dizeres "Bibliotheca da R. Caza de S. Vicente". Algumas obras mais antigas têm marca manuscrita, em português, de redacção e grafia diversas, indicando o nome do mosteiro. Por vezes há marca manuscrita e carimbo.

---

[7] Reitor da Universidade de Coimbra, confessor de D. João V, integra-se no movimento reformista designado por Jacobeia que, naquele reinado, alcançou importante destaque. Procurando relançar uma reforma baseada na aplicação escrupulosa dos ensinamentos da religião católica, tanto a religiosos como a laicos, teve, efectivamente um impacto grande na organização da própria Igreja portuguesa e frei Gaspar da Encarnação desempenhou um papel importante, pela sua posição junto do monarca, inflenciando na escolha dos bispos para as dioceses da metrópole e do ultramar. Cf. CASTRO, Zília Osório de – Jacobeia. In: AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de história religiosa de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. III, p. 5-7.

[8] V. estudo mais detalhado destes catálogos no capítulo III e VI. V. também Anexo III.

[9] Os catálogos com as cotas Cód. 7400 e 7402, complementam-se pois em cada um se descreve uma das casas da Biblioteca.

[10] A página de título é, obviamente, posterior à data de redacção do catálogo, porquanto indica "ex convento".

[11] BNP/Arquivo Histórico-22 (BN/AC/INC/DLEC/18/Cx. 05-03) estudado por BARATA, Paulo J.S. – *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. Anexo 4, p. 381-388.
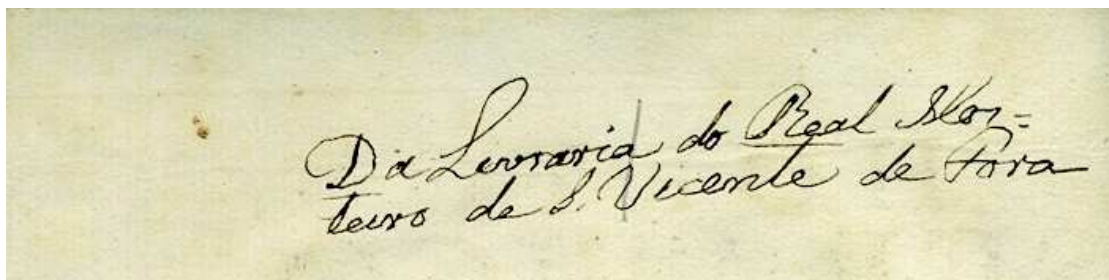
Figura 6 – H.G. 5036 P.
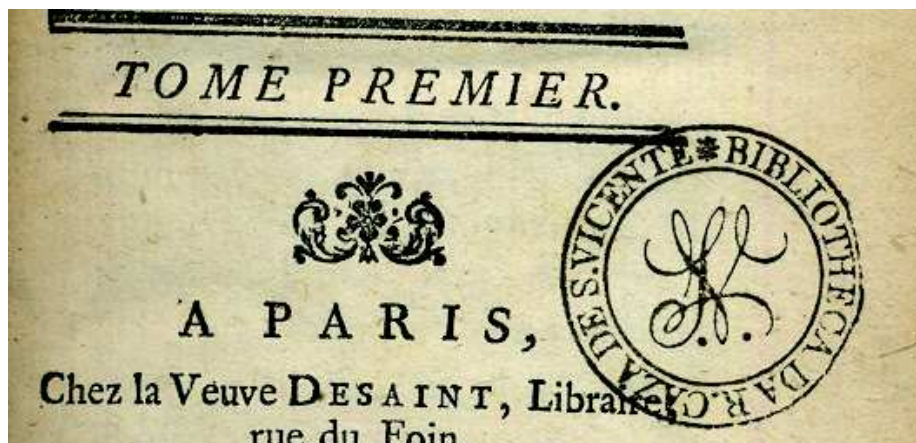
Figura 7 – H.G. 8271 P.

Bibliografia:

- *Mosteiro de São Vicente de Fora (Lisboa)*. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6529.
- PEREIRA, Luís Gonzaga – *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927, p. 105-108.
- SALDANHA, Sandra Costa, coord. – *Mosteiro de São Vicente de Fora: arte e história.* Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir. – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 200-202.